

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as origens das manchas de óleo que se espalham pelo litoral do Nordeste, bem como avaliar as medidas que estão sendo tomadas pelos órgãos competentes, apurar responsabilidades pelo vazamento e propor ações que mitiguem ou cessem os atuais danos e a ocorrência de novos acidentes - CPIOLEO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Da Sra. Rejane Dias)

Requer seja submetido à deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite ao Ministro de Estado da Defesa do Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito CONVITE ao Ministro de Estado da Defesa, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados ao derramamento de petróleo no Nordeste, objeto de investigação desta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa realizar adequadamente o seu mister constitucional, é

imprescindível que colha informações junto aos órgãos institucionais.

O derramamento de petróleo na costa brasileira já atingiu diversas cidades. Segundo o IBAMA foram 746 localidades em 124 municípios e 11 Estados brasileiros, isto é, os 9 estados do Nordeste, o Espírito Santo e Rio de Janeiro, foram atingidos por manchas de petróleo.

Esse é o maior derramamento de petróleo da costa brasileira nos últimos 30 (trinta) anos. O óleo chegou, inclusive, ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, entre outras áreas de proteção ambiental. No Estado do Piauí foram retiradas mais de 3 (três) toneladas de resíduos oleosos em Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia.

Os danos causados ao ecossistema são imensuráveis, mais de 14 (quatorze) unidades de conservação federais foram afetadas. O desastre ambiental afetou uma ampla fauna que vai desde tartarugas, peixes, manguezais, corais. Enfim muitos foram os danos ao habitat marinho.

O litoral brasileiro foi atingido EMmais de 1.200 km de praias. Além disso, aproximadamente uns 400 km são de manguezais e 800 km são de arrecifes de corais e lateritas e arenito. A vida marinha nesses locais é extremamente vulnerável e mais sensível, e o impacto é de grande proporção.

Cabe lembrar, que o principal produto turístico oferecido pelo Nordeste é o sol e a praia, e com um acidente como esse, há um impacto na imagem desses destinos turísticos, com perda de atratividade. Há várias atividades envolvidas como as turísticas, o transporte de passageiros terrestre e marítimo, cultura, lazer e restaurantes. Enfim, essa catástrofe prejudicou o meio ambiente, a fauna, a flora, os empregos e a economia.

Os especialistas¹ afirmam que o óleo pode causar irritação na pele e mucosas. As pessoas que estão

¹ Álvaro Pulchinelli Júnior. Toxicologista. Professor da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

trabalhando na limpeza de animais e de praias devem usar equipamentos de proteção com luvas e roupas protetoras, mas infelizmente muitas das comunidades envolvidas vários voluntários estão trabalhando sem nenhuma proteção.

Outro impacto de curto prazo são as complicações que surgem após a ingestão de peixes ou frutos do mar de áreas atingidas. A contaminação pode resultar em náuseas, vômitos e gastroenterite, isto é, inflamação no estômago e intestino.

Trabalhadores que dependem do mar, da pesca, também foram prejudicados. É importante destacar que boa parte da limpeza está sendo feita pelas populações dos municípios envolvidos e infelizmente muitas vezes sem os equipamentos de proteção individual, necessários para evitar contaminações, como luvas, botas e máscaras.

Nenhum aviso sobre o vazamento foi feito. Nenhum navio e o responsável alertou as autoridades. Uma vez que o navio passou ao longo da costa brasileira, lançou o óleo no mar, o qual não é lançado de forma instantânea e pontual, mas linearmente ao longo da rota do Brasil, e aos poucos. É por isso que o óleo aparece e desaparece e depois de três dias aparece de novo. O **óleo** se encontra numa situação em que está quase afundando, o que indica que passou muito tempo no mar. Esses fatos circunstanciais levam a esse cenário de eventualmente ter havido um **lançamento clandestino em alto-mar**, em função de algum tipo de problema que a embarcação possa ter tido e, por causa disso, o óleo está chegando à costa brasileira.

O Governo Federal demorou mais de 40 (quarenta) dias para acionar **o Plano Nacional de Contingência Para Incidentes de Poluição por Óleo Em Águas Sob Jurisdição Nacional – PNC, por quê?**

O protocolo internacional, que orienta como deve ser feita a retirada de óleo do mar em casos de vazamento, não foi acionado, porquê? Por que o Brasil não pediu ajuda internacional?

Até o momento não se sabe quem foi o responsável pelo desastre. Precisamos saber quais foram as medidas administrativas adotadas pelos órgãos para mitigar os efeitos do vazamento, bem como as medidas adotadas para a contenção, recolhimento e a adequada destinação do material poluente, com o emprego de técnicas adotadas.

São necessárias informações para que os membros deste Colegiado tenham o correto entendimento de como estão sendo adotadas as medidas de proteção e contenção do vazamento de óleo.

Dessa forma, entendemos que suas informações podem auxiliar bastante os trabalhos desta CPI. Por essas razões, solicitamos o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de 2019.

Deputada REJANE DIAS